



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Guarda-Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

Data: 03/11/16

Horário: 8:30

1 Aos três dias do mês de novembro de 2016 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente no Auditório da Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e aguardado
3 o tempo de espera para a segunda convocação, Magali iniciou com a apresentação dos participantes da Reunião. **A**
4 **Reunião teve os seguintes pontos de Pauta:** 1. Leitura e aprovação de atas; 2. Discussão sobre o atendimento à
5 Criança e Adolescente no âmbito da Saúde Mental; 3. Parecer sobre o Projeto de Lei “Práticas Restaurativas nas
6 Escolas Municipais”; 4. Parecer sobre Nota Pública sobre atuação do Conselho Tutelar; 5. Parecer sobre Nota de
7 Repúdio; 6. Informações sobre Campanha Futuro Criança; 7. Relato as Comissões; 8. Informes. Magali solicita
8 que a aprovação das atas fique para o final da reunião. Alexandra solicita inclusão como ponto de pauta discussão
9 sobre o Plano Decenal. **2. Discussão sobre o atendimento à Criança e Adolescente no âmbito da Saúde Mental:**
10 Karine, gerente de Saúde Mental da Secretaria de Saúde introduz sua apresentação contextualizando a realidade
11 dos antigos manicômios e os problemas encontrados ainda hoje nos hospitais psiquiátricos e comunidades
12 terapêuticas. Cita a lei 10.216 de 6 de abril de 2001 que traz profundas modificações no atendimento em saúde
13 mental, porém ainda precisa avançar em muitos pontos. Apresenta a rede de atenção psicossocial (RAPS), que
14 inclui UBS, hospitais, UPA, SAMU, CAPS e rede de apoio. Coloca todo o trabalho que tem sido realizado junto
15 às UBSs de sensibilização e capacitação para que possam ser a porta de entrada para o atendimento em Saúde
16 Mental, facilitando o acesso dos usuários. Apresenta a rede de apoio vinculadas ao COMAD, que são comunidades
17 terapêuticas, entidades que prestam atendimento ambulatorial, grupos de apoio a usuários e seus familiares,
18 atendimento aos usuários nas ruas, entre outros. A entidade Água Pura tem sido referência para o atendimento aos
19 adolescentes. Não há comunidade terapêutica para adolescentes credenciada. Clarice questiona sobre o recurso
20 destinado no Orçamento Criança para as Comunidades Terapêuticas. Karine esclarece que já foi retirado do
21 relatório este item. Fala da rede de apoio credenciada para atendimento à Déficit Intelectual Transtorno Global do
22 Desenvolvimento (DITGDs) credenciadas à PML: ILICIT, APAE, ESPAÇO ESCUTA, APS DOWN, Associação
23 Flavia Cristina, COL, ILECE. Atualmente tem sido feito um investimento na discussão sobre o TDAH, com grupos
24 de debate, a fim de se ter um diagnóstico mais preciso. O CAPS infantil tem feito a avaliação, casos diagnosticados
25 são encaminhados para a Policlínica. Há um grupo junto com a Secretaria de Educação (GEAR) para discussão de
26 casos e estabelecimento de estratégias em sala de aula. Adriana Barrozo questiona qual encaminhamento é dado
27 para os casos em que se identifica questões comportamentais a serem tratadas. Silvana, coordenadora do CAPS-I,
28 coloca que hoje há uma tendência a medicalização na sociedade. Tem percebido nos atendimentos que as grandes
29 questões das crianças e adolescentes provem de questões familiares, da dificuldade dos responsáveis na educação
30 de seus filhos. Dependendo da comorbidade, os casos podem permanecer no CAPS; há parceria com a clínica
31 psicológica da UNIFIL, alguns trabalhos do NASF em algumas regiões, grupos de outras universidades que tem
32 sido apoio. Karine coloca que não acredita no trabalho ambulatorial da psicologia, hoje avalia que a necessidade é
33 de aumentar CAPS-I descentralizados, pois o foco maior tem sido na ressocialização. Sobre as comunidades
34 terapêuticas, Telcia coloca que como encaminhamento poderia ser pensado num assessoramento para que algumas
35 Comunidades Terapêuticas possam se adequar ao atendimento aos adolescentes, visto a demanda e necessidade do
36 município. Karine esclarece que o COMAD já está realizando estas orientações. Alexandra sugere que o CMDCA
37 solicite ao COMAD que relate como está este processo de adequação das comunidades. **3. Parecer sobre o Projeto**
38 **de Lei “Práticas Restaurativas nas Escolas Municipais”:** Em resposta ao ofício 276/16 da Secretaria de
39 Governo, foi elaborada resposta e lida em plenária, após algumas contribuições, foi aprovada. **4. Parecer sobre**
40 **Nota Pública sobre atuação do Conselho Tutelar:** Em reunião extraordinária no dia 27/10, deliberou-se pela
41 elaboração de uma nota pública de apoio ao Conselho Tutelar diante da divulgação de vídeo que denigre a imagem
42 deste órgão. Alexandra e Jair Roberto ficaram responsáveis em redigir o documento, lido em plenária. Após
43 algumas adequações, o documento foi aprovado. Juliana Moreno lê a nota pública elaborada pelo Conselho Tutelar
44 em resposta também ao vídeo vinculado à mídia. **5. Parecer sobre Nota de Repúdio:** Conforme deliberação da



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

45 última reunião extraordinária, a mesa diretora elaborou uma nota de repúdio diante da fala do Promotor Dr. Marcelo
46 Briso na Reunião Pública dos estudantes secundaristas no dia 21/10. Após algumas modificações, o documento foi
47 aprovado. **6. Informações sobre Campanha Futuro Criança:** Magali informa que, em parceria com o SESCAP,
48 está sendo pensado um evento para o dia 18/11 na ACIL junto aos empresários e entidades para divulgação e
49 esclarecimentos sobre a Campanha Futuro Criança. O coffee break ficou de responsabilidade do CMDCA,
50 colocado para votação em plenária, foi aprovado para que seja custeado com recursos do Fundo. **7. Relato das**
51 **Comissões:** pelo adiantado da hora, não foi possível fazer relato das comissões. **8. Informes:** Magali lê o ofício
52 circular 015/2016 do CEDCA, que convida para reunião descentralizada e ampliada do CEDCA/PR no dia 25/11,
53 há 3 vagas, uma para conselheiro governamental, uma para conselheiro não governamental e uma vaga para a
54 secretaria executiva do CMDCA. Ficam definidos como representantes Ana Maria Nascimento, Eliane Pagani e
55 Cláudio Melo irá consultar Denise Caldeirão e Amanda Wolff para definirem a representação não governamental.
56 Plano decenal: tendo em vista o prazo para apresentação e aprovação do Plano Decenal, a comissão pede um maior
57 prazo, visto que deveria ser apresentado na reunião ordinária de 17/11. Desta forma, deliberou-se para que a reunião
58 do dia 17 seja transferida para o dia 24/11, com pauta única de apresentação e discussão do Plano Decenal. Clarice
59 informa que Conselho da Transparência está promovendo um concurso de boas práticas para conselhos de direitos.
60 Prazo para inscrição é até o final do mês, deve ser inscrita uma ação que já foi realizada. Necessário montar um
61 projeto para ser apresentado e concorrer. Clarice sugere montar um projeto com um vídeo mostrando as ações
62 desenvolvidas pelo CMDCA neste ano. Hoje sairá o edital com maiores detalhes. Fábio sugere que se aguarde o
63 edital para verificar prazos e as exigências e posteriormente avaliar se teremos condições de elaborar o projeto. **9.**
64 **Discussão sobre o Plano Decenal:** Em função do avançado da hora, este ponto ficou para suspenso. Também a
65 aprovação das atas fica para próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a
66 presente reunião e para constar eu, Adriana da Cruz Barrozo, lavrei a presente ata.